

7

O sindicalismo diante dos impasses do Governo Lula

Tendo em vista este estudo ter sido orientado, sobretudo, pelo entendimento de que as mudanças significativas que se verificam no mundo do trabalho, no Brasil, parecem estar direcionando o sindicalismo brasileiro no sentido de repensar suas referências tradicionais, tornou-se importante refletir sobre os fatores que estão articulados a tais mudanças.

Dados apresentados anteriormente demonstram que o quadro é agravado, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990, quando o país vivenciou a privatização dos principais serviços sociais, antes subsidiados pelo Estado. Contudo, os reflexos desse processo continuam a ser sentidos, mesmo depois da eleição e reeleição de um ex-sindicalista para a presidência da república. Por essa razão, um breve exame sobre o governo Lula, face à vinculação histórica do Partido dos Trabalhadores com o movimento sindical, torna-se interessante para o entendimento dos rumos que vem tomando o sindicalismo brasileiro atual.

Ao se considerar a questão dos sindicatos e as possibilidades e desafios da reinvenção da política, na sociedade brasileira atual, não resta dúvida que cabe situar o problema, pensando-o num contexto de impasses do governo Lula.

7.1

A “nova classe” e os “velhos sindicatos”

Presenciamos um campo de forças fortemente pressionado pela perspectiva neoliberal, que aponta para uma privatização generalizada das relações sociais. Parece correto afirmar que a ascensão do ex-sindicalista à presidência não representou impacto significativo nos rumos do movimento sindical, se comparada às alterações ocorridas, no país e no mundo, no início da década de 1990, com todo o peso das mudanças históricas que se processaram desde então. É o que esclarece Santana:

“Se Lula ganhasse em 1989, coroaria uma década de vitórias do movimento sindical, de ascendência. Em 2002, ele ganhou após mais de dez anos de

baixa do movimento, de pancada na cabeça, de desemprego. O movimento sindical já tinha mudado de perfil. A luta nos anos 80 era por salário, nos anos 90 era por emprego. No mundo todo foi assim. Não se pode dizer simplesmente 'o Lula ganhou, a CUT está no governo, agora vai mudar'. Não é uma correia de transmissão assim tão automática. O grupo da CUT que chegou ao poder não poderia controlar toda a base da central, seria impossível" (O Globo, 30 de abril de 2006).

Em relação ao grupo de políticos oriundos do movimento sindical que chegou ao poder com a eleição de Lula, nota-se uma tendência efetiva à sua participação nos assuntos do governo, sejam os predominantemente administrativos ou aqueles mais voltados à articulação política. Alguns desses ex-sindicalistas, mesmo expostos à execração pública e a freqüentes ataques da grande imprensa, no âmbito dos sucessivos escândalos políticos registrados no primeiro governo Lula, mantiveram uma postura de fidelidade, ao que Oliveira (2003) chamou de "nova classe social" nos seguintes termos:

"Eles não são burgueses propriamente porque eles não têm a propriedade nem eles são gestores das empresas privadas. Eles estão no ponto crucial, onde o capital privado busca recursos para acumular. Esse ponto crucial são os fundos estatais, de um lado, e os fundos institucionais, de outro. (...) Eles viraram administradores de fundos, eles são uma nova classe."¹

Destacam-se, no grupo, embora nem todos sejam gestores de fundos de pensão, nomes como Delúbio Soares (ex-tesoureiro da CUT), Luiz Marinho (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Luiz Gushiken (ex-presidente do Sindicato dos Bancários-SP), Ricardo Berzoini (ex-presidente do Sindicato dos Bancários-SP), Paulo Okamoto (ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Humberto Costa (ex-dirigente do Sindicato dos Médicos-PE), Jaques Wagner (ex-dirigente do Sindicato dos Químicos-BA), Luiz Dulci (ex-dirigente do Sindicato dos Professores-MG), Marcelo Sereno (ex-dirigente do Sindicato da Vale do Rio Doce) e Jacó Bittar (ex-presidente do Sindicato dos Petroleiros). Além destes, há muitos outros que integram escalões intermediários do governo e da administração indireta.

Em seu primeiro governo, o presidente Lula, de fato, selecionou, para cargos estratégicos, pessoas que formavam a base do PT. Sindicalistas, pessoas de movimentos ligados à igreja e a outros movimentos de esquerda foram escolhidos em detrimento do oferecimento de mais espaço a pessoas

¹ Fonte: Folha de S. Paulo, entrevista para Rafael Cariello, em 22/09/2003

da burocracia antiga do Estado ou representantes dos partidos aliados. Essa opção pode ser considerada, portanto, como uma valorização da base do partido.

Porém, no segundo mandato de seu governo, o que vemos é a opção maior pela base aliada, tendo em vista as mudanças anunciadas para a atual legislatura. Dessa forma, observa-se, até aqui, a concessão de mais espaço aos partidos aliados com a conseqüente diminuição de espaço para as bases do partido, inclusive para os dirigentes sindicais.

Ao se analisar a situação do sindicalismo no primeiro mandato do governo Lula, constata-se que a CUT cresceu 5,5% e a Força Sindical dobrou o número de filiados. À primeira vista, os últimos quatro anos (2003 a 2006) foram um período de “vacas gordas” para o sindicalismo no Brasil. O salário mínimo acumulou um ganho de 32% além da inflação. A tabela do Imposto de Renda foi corrigida duas vezes. O emprego com carteira assinada e a renda média dos trabalhadores cresceram. E, em mais da metade das negociações salariais, foram conquistados reajustes reais.

Apesar desses bons resultados, e mesmo com um ex-sindicalista na presidência e outro no Ministério do Trabalho², a CUT cresceu pouco, se comparada à Força Sindical. O número de trabalhadores filiados à CUT cresceu apenas 1% e, quanto aos sindicatos, entre novos filiados e desfiliações, o aumento, entre 2003 e 2006, foi de 5,5%, representando 181 novos sindicatos filiados.

Já sua maior rival - e oponente histórica de Lula - a Força Sindical, “conquistou” 765 novos sindicatos para sua base - um aumento de 134%³. A ilustração abaixo evidencia algumas das “técnicas promocionais” utilizadas pela Força Sindical para atrair novos filiados:

² Refiro-me ao ex-ministro do Trabalho, Jacques Wagner e Luiz Marinho, ambos ex-sindicalistas. Marinho é ex-presidente da CUT e atual ministro da Previdência Social.

³ Fonte: Jornal da Unicamp: “Centrais sindicais cresceram no governo Lula”. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/dezembro2006/clipping061229_g1.html. Acesso em fevereiro de 2007.

Ilustração nº 7
Panfleto de campanha da Força Sindical - 1998

**FIQUE SÓCIO
DO SEU SINDICATO
E GANHE SEMPRE!**

- Mais Empregos
- Participação nos Lucros e Resultados
- Redução da Jornada de Trabalho
- Convenção Coletiva
- Luta Salarial

**10 CARROS OK
+ 90 PRÊMIOS**

SORTEIO
Dia 1º DE MAIO DE 1998
Os cupons para o sorteio deverão ser depositados em uma caixa em Piraí, RJ, das 7 às 18h, no dia do sorteio.

FORÇA SINDICAL

SINDICATOS PARTICIPANTES DESTA CAMPANHA

- Metalúrgicos de São Paulo • Metalúrgicos de Osasco • Metalúrgicos de Sorocaba
- Metalúrgicos de São Caetano • Metalúrgicos de Santo André • Metalúrgicos de São João do Rio Preto
- Construção Civil de São Paulo • Alimentação de São Paulo • E
- Gráficos de São Paulo

Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 150 000 empregos a menos e campanha para retomar a força dos velhos tempos

Alguns estudiosos do assunto consideram a chegada do presidente Lula à presidência como um complicador para o sindicalismo brasileiro. "A chegada de um sindicalista à presidência, e que foi filiado à maior central do país - a CUT, embaralhou o movimento sindical e o desarticulou", é o que

afirma Antunes⁴. Para ele, a recuperação do mercado de trabalho deve-se muito mais à conjuntura favorável, especialmente no cenário internacional, do que à articulação dos trabalhadores através dos sindicatos. Hoje, a CUT continua como a maior central do Brasil, mas vem perdendo espaço. Em 2004, pela primeira vez, a CUT viu o número de sindicatos e de trabalhadores filiados encolher. O primeiro passou de um total de 3.341 para 3.266 sindicatos, um recuo de 2,24%. Já a quantidade de trabalhadores filiados caiu menos: 0,3%, chegando a 22,45 milhões no fim de 2004⁵. Já a Força Sindical foi bem mais além: aumentou em 134% os sindicatos e em 100% as pessoas sindicalizadas. "Ainda que a Força seja uma central herdeira do peleguismo sindical, ela vivenciou um duplo movimento nesses últimos anos", sustenta Antunes (2006: 135).

Para Antunes, se é verdade que a Força Sindical herdou alguns sindicatos que estavam desencantados com a CUT, e que se colocavam politicamente mais entre o centro e a direita, já que os mais à esquerda foram para a Conlutas, também é, igualmente, verdadeiro que a Força Sindical chamou para dentro de sua estrutura também os novos sindicatos. "Afinal, o número de sindicatos reconhecidos no país cresce a cada dia", afirma (op. cit.: 136).

O que o autor chamou de "embaralho" ocorreu, justamente, na CUT, alçada ao poder com a inclusão de seus ex-dirigentes em quadros do governo, como Luiz Marinho, Ricardo Berzoini, Luiz Gushiken. Por essa razão, a central foi acusada de "chapa branca" por membros de sua própria base, perdeu alguns sindicatos importantes e viu parte de seus sindicalistas mais à esquerda saírem para criar a Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas.⁶

Há, contudo, quem veja a situação de outra perspectiva. É o caso do consultor sindical João Guilherme Vargas Neto. Ele acredita que, se não fosse a luta dos sindicatos, os sucessivos reajustes do salário mínimo não teriam ocorrido, e nem o Fórum Nacional do Trabalho teria sido formado para

⁴ Idem à nota anterior.

⁵ Fonte: Dieese. <http://www.dieese.org.br/esp/pesquisasindical/pesquisasindical.xml>. Acesso em outubro de 2006.

⁶ A Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) é composta por entidades sindicais, organizações populares e movimentos sociais, que têm como objetivo organizar a luta contra as reformas do governo Lula e o modelo econômico adotado no país. Foi constituída como desdobramento do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004, em Luziânia (GO). Há uma forte ligação da Conlutas com o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), criado, principalmente, por dissidentes do PT. O presidente da entidade é José Maria de Almeida, o Zé Maria, fundador, em 1994, do PSTU e candidato do partido à presidência da República nas eleições de 1998 e 2002.

discutir a reforma sindical, ainda que reconheça que “a conjuntura mais fácil ajudou nos resultados. E acabou encobrindo o papel das mobilizações”. Do ponto de vista das relações políticas com as centrais sindicais, o consultor aplaude a posição de Lula. “Ele respeitou o movimento sindical. Chamou para o debate. Ouviu, foi questionado e respondeu”. Segundo Vargas Netto, “mesmo subordinado à ortodoxia neoliberal, o governo colocou em pauta a questão social”⁷.

A avaliação de Antunes contraria a de Vargas Netto. Para o primeiro, o cenário foi pior para a mobilização sindical, justamente por ter o Brasil um sindicalista como presidente. “Na época do Collor e do FHC era fácil saber contra quem e contra o quê lutar. O sindicalismo era contra o projeto de governo neoliberal, de retirada de direitos dos trabalhadores e de abertura indiscriminada da economia” (Antunes, 2004: 122), declara. Mas, para os sindicalistas, a vitória de Lula significava um rompimento com esse modelo. Mas, ainda de acordo com Antunes, não foi isso o que aconteceu. “Agora o trabalhador olha para o presidente e pensa: ele é um dos nossos, mas não está fazendo o que imaginávamos. E fica sem saber como reagir” (op. cit.: 125).

Diante das estratégias adotadas pelo governo, há controvérsias entre os trabalhadores, sobre a gestão do presidente Lula. Há os que pensam como Antunes, mas a maior parte deles continua a aprovar e apoiar o governo de Lula. Prova isso a vitoriosa campanha para as eleições de 2006, quando, até mesmo a Força Sindical, que fez oposição e críticas ao longo do primeiro mandato, liberou seus quadros para apoiarem o ex-metalúrgico.

“A CUT perdeu força no movimento sindical, mas é natural que isso aconteça com movimentos que apóiem um candidato que chega ao poder”, é o que esclarece Nogueira (2006: 158). Para ele, é preciso lembrar que foi uma parte do sindicalismo que chegou ao poder e, ainda assim, não se pode dizer que ela é agora chapa branca. “Não é porque a CUT ocupou quadros no governo que os membros que permaneceram na central não vão fazer oposição ou reivindicar coisas” (op. cit.: 167), ressalta. Mas, ele admite que a perda de ímpeto da central ocasionou desconforto nas bases, principalmente dos sindicatos dos servidores públicos. Muitos deles ficaram descontentes com a reforma na Previdência Social, que Lula aprovou em 2003.

⁷ Fonte: Vargas Netto, J. G. “A sutileza de Lula na condução do governo”. *Debate Sindical*. Ano 20, nº 54, mai/jun/jul 2006. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 2006.

Foi o caso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes, que decidiu se desligar da CUT, em março de 2005. O Andes conta com cerca de 72 mil professores na sua base, a maioria de universidades federais e estaduais. Os filiados ao Andes foram contra essa reforma da previdência e, também, não apoiaram a proposta de reforma sindical aprovada no Fórum Nacional do Trabalho, em 2005⁸.

Já Vargas Neto (op. cit.) não vê motivo para tanto descontentamento dessa parcela dos trabalhadores. "Os servidores públicos nunca tiveram uma situação tão favorável", afirma. Embasa sua afirmação, lembrando que a gestão petista reverteu a tendência de terceirização de empregos na esfera federal e aumentou a quantidade de empregos concursados - um antigo pedido do funcionalismo público. "Além disso, eles tiveram espaço para brigar por suas reivindicações e estiveram à frente da maior parte das greves do país", comenta.

Se os trabalhadores públicos já mostraram seu descontentamento e não foram atendidos, a tendência é que eles intensifiquem suas críticas daqui para frente. Provam isso os recentes movimentos de trabalhadores do serviço público⁹ que organizaram, com outros sindicatos e movimentos sociais, o "Dia Nacional de Lutas", em 23 de maio de 2007. O depoimento de um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro – Sintrasef, ilustra como está a situação:

"Estávamos quietos, dando tempo ao tempo, apoiando nosso antigo líder sindical e hoje presidente da República, na esperança de que ele nos apoiasse também. Diante de um segundo mandato em que o principal projeto – o Plano de Aceleração do Crescimento -PAC – tem como condição de viabilidade o arrocho na folha de pagamento do serviço público, toma corpo um movimento nacional contra a prática do desmonte. Após cinco anos de espera, de desmobilização, a sociedade se levanta mais uma vez. E estouram as greves no serviço público" (Pesquisa de campo, 25 de maio de 2007).

⁸ Fonte: www.andes.org.br. Acesso em dezembro de 2006.

⁹ Em no mínimo treze estados e no Distrito Federal, servidores federais ligados à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF paralisaram, em maio de 2007, suas atividades em protesto contra medidas restritivas ao direito de greve e à capacidade de negociação salarial da categoria. Professores das Universidades Federais pararam no Pará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros. Outras categorias que pararam, em grande parte dos estados, são servidores da Saúde, Polícia Federal, Ferroviários, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Ministério da Cultura (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Biblioteca Nacional, Fundação Nacional de Artes – Funarte e Fundação Palmares), Banco Central, Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (que já estavam em greve), e boa parte dos servidores estaduais.

No início da primeira gestão Lula, em 2003, o governo entrou em confronto com servidores públicos, e a disputa terminou com uma reforma da previdência dos servidores e o distanciamento político do PT de uma base social histórica. Quatro anos depois, um novo confronto foi aberto, como ficou claro nas mobilizações do Dia Nacional de Lutas, quando movimentos sociais e sindicais convocaram uma jornada conjunta de luta contra a política econômica do governo e ameaças de flexibilização de direitos trabalhistas¹⁰.

O novo enfrentamento foi deflagrado por duas propostas do governo que, como a reforma de 2003, atingem diretamente os servidores. Uma controla gastos com pessoal nos próximos dez anos – coincidência ou não, está sendo relatada na Câmara, pelo deputado José Pimentel (PT-CE), o relator da reforma¹¹. Note-se que o referido parlamentar era a principal referência do funcionalismo público federal e, em especial, dos bancários, no Ceará, antes da vitória eleitoral de Lula. A outra proposta impõe regras para as greves nesse setor. Ambas alimentaram a mobilização acima referida.

As duas próximas ilustrações mostram algumas das manifestações do “Dia Nacional de Lutas”, com movimentos sociais e sindicais em jornada conjunta. Especificamente, referem-se à paralisação de rodovias na Baixada Santista, com manifestantes do MST, MTST, militantes do Sindicato dos Bancários de Santos, dos Metalúrgicos e dos Petroleiros, fecharam a pista da Anchieta no sentido Santos - São Paulo, bloqueando, também, o acesso a Imigrantes rumo à capital e outros importantes acessos viários ao Porto de Santos e indústrias locais.

¹⁰ Várias categorias paralisaram as atividades, e houve bloqueios de estradas em pelo menos cinco estados. Em São Paulo, militantes ligados ao MST, estudantes, trabalhadores da construção civil e metalúrgicos bloquearam rodovias. Na região de São José dos Campos, os trabalhadores da GM, Phillips, Embraer e Petrobrás paralisaram as atividades e bloquearam um lado da via Dutra. Ainda em São Paulo, na Baixada Santista, cerca de 150 manifestantes do MST, MTST, militantes do Sindicato dos Bancários de Santos e Região, dos Metalúrgicos e dos Petroleiros, fecharam a pista da Anchieta no sentido Santos-São Paulo, bloqueando, também, o acesso a Imigrantes rumo à capital e outros importantes acessos viários ao Porto de Santos e indústrias locais. As vias ficaram paralisadas por quase três horas, o que causou um congestionamento de cerca de 20 km na região. Os acessos à Cosipa e ao pólo petroquímico, na rodovia Piaçaguera-Guarujá, também foram trancados. No Rio de Janeiro, houve bloqueios. No Sul, cerca de 300 militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB também ocuparam a ponte entre os municípios de Campos Novos (SC) e Barracão (RS). Em Sergipe, cerca de 1500 trabalhadores rurais fecharam a BR-101 (a 85 km da capital). Na região metropolitana de Aracaju, 500 Sem Terra bloquearam uma estrada estadual, e na região do Alto Sertão sergipano, 2500 camponeses trancaram uma via estadual. Em Pernambuco, militantes do MST da Bahia e de Pernambuco bloquearam 12 rodovias no estado, além de fecharem a ponte entre Petrolina e Juazeiro, na divisa entre os dois estados. No Pará, cerca de 600 famílias do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina ocuparam a Barragem de Tucuruí. Fonte: Carta Maior, em 24/04/2007. Fonte: <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2007.

¹¹ O deputado foi diretor do Sindicato dos Bancários de Fortaleza-CE, de 1988 a 1991; e Secretário-Geral, da CUT, também em Fortaleza-CE, de 1991 a 1994.

Ilustração nº 8
Paralisação de rodovia na Baixada Santista, por sindicalistas, MTST e MST.



Fonte: Carta maior, de 23 de maio de 2007.

Ilustração nº 9
Sindicalistas, MTST e MST em jornada conjunta no “Dia Nacional de Lutas”



Fonte: Folha Online, de 23 de maio de 2007.

Contudo, não obstante as polêmicas e dilemas do governo Lula, observa-se que o movimento sindical apresenta sinais de que permanece ativo e lutando por autonomia. A chegada do PT ao governo, pela própria história de formação do partido, cria uma situação a ser trabalhada pelo sindicalismo, mas defender a existência de um “atrelamento” geral do movimento sindical ao governo parece ser um equívoco ou, ao menos, uma proposição não demonstrada, cabendo ao sindicalismo evitar tanto ser cooptado quanto tomar uma atitude sectária. Sobre o assunto, observa Santana:

“O contrário de ‘atrelamento’ é ‘autonomia’ e não ‘sectarismo’. Assim como o contrário de ‘sectarismo’ não é ‘atrelamento’, é participação crítica e combativa. A história sindical do Brasil mostra, de forma cabal, que tanto o sindicalismo atrelado quanto o sectário acabam por se isolar dos trabalhadores, distanciando-se de suas verdadeiras demandas e tenderam a minguar em importância no cenário político” (2004: 29).

Tudo parece indicar que, aos trabalhadores e ao sindicalismo, coloca-se, como um desafio permanente, buscar tornar públicas suas lutas, projetando-as como questões que dizem respeito ao conjunto da sociedade e que devem ser tratadas na esfera da política, através de canais públicos de debate e decisão.

O sindicalismo vê-se, no mundo inteiro, diante de importantes mudanças nos padrões de relações de trabalho e de sociabilidade. Os impactos mais evidentes dizem respeito a uma drástica e generalizada redução dos postos de trabalho, notadamente no setor industrial, e a um amplo processo de precarização do trabalho, que tem dado lugar a uma nova configuração do perfil da classe trabalhadora, crescentemente fragmentada em diferentes tipos, como trabalhadores de tempo parcial, temporários, de emprego casual e trabalhadores por conta própria. Beynon (1997) os denomina de trabalhadores hifenizados. Frente a um tal processo, a capacidade de representação sindical se vê cada vez mais comprometida. A tendência de queda nos níveis médios de sindicalização, na maioria dos países, nas últimas duas décadas, o indica, como demonstra Antunes (1995)¹².

¹² Contudo, é bom lembrar, conforme demonstra Boito Jr. (2003a), que há diferenças entre os países. Na China, por exemplo, há um expressivo aumento do número de sindicalizados. A crise do sindicalismo não é, portanto, um fenômeno mundial e homogêneo.

Além de afetarem drasticamente as bases sociais sobre as quais se construiu, historicamente, o sindicalismo, as mudanças em curso problematizam as estratégias até então utilizadas para se fazer reconhecer como um espaço legítimo de representação coletiva dos trabalhadores. O fenômeno da “globalização” traz consigo o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores, constituindo um campo propício ao que Beynon (op. cit.) chamou de “ascensão do individualismo” e “queda da ética coletiva”¹³. Uma tal “fragmentação do espírito coletivista” resulta da adoção de novas estratégias empresariais, que, mesmo estimulando formas de trabalho em equipe, o fazem sob o pressuposto de um maior compromisso e uma maior identificação dos trabalhadores em relação aos objetivos das empresas (Rodrigues & Ramalho, 1998).

As possibilidades e formas de atuação dos trabalhadores e do sindicalismo sobre as novas realidades do mundo do trabalho, segundo indicam os estudos, são múltiplas, variam segundo as condições sócio-culturais de cada lugar e se encontram em um momento de experimentação de novos caminhos. É certo que a correlação de forças se apresenta, em termos gerais, de modo francamente desfavorável para aqueles, o que tem dificultado, sobremaneira, uma reversão do referido quadro.

O padrão de relações de trabalho, no Brasil, constituiu-se sob a égide do Estado corporativista, que combinava alguma proteção social de natureza paternalista com a conservação e a recriação de profundas desigualdades sociais. De outro lado, o desempenho recente das organizações sindicais, com destaque para aquelas identificadas com a CUT, nos anos 1980, contrastou com a tendência à dessindicalização e fragilização dos sindicatos que, desde a década de 1970, já vinha atingindo a maioria dos países centrais. A tais especificidades pode se acrescentar o modo tardio e particular como foram introduzidos, aqui, os processos de reestruturação produtiva e as políticas de características neoliberais, conforme visto.

Para além dos novos desafios trazidos pelas novas realidades do mundo do trabalho, o sindicalismo brasileiro continua às voltas com a herança do modelo corporativo. A situação atual de fragilização da ação sindical também está relacionada à tendência progressiva de acomodação dos

¹³ Importante destacar que, para Marx, o individualismo aparece sob o nome de alienação, correspondendo às rupturas das relações entre os homens, ou da não percepção pelos homens das relações entre eles mesmos. Nesse sentido, é uma consequência da especialização das atividades, provocada pelo capitalismo e potencializada pelas inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho.

diversos segmentos sindicais frente à estrutura corporativa (Oliveira, 1998). Considere-se, no entanto, que tal instituição passa, igualmente, a ser um obstáculo, segundo a perspectiva neoliberal. O debate sobre a sua eliminação ressurgiu como parte de uma tendência mundial de desregulamentação dos direitos sociais e de flexibilização das relações de trabalho, particularmente em um momento em que o movimento sindical encontra-se enfraquecido. As iniciativas governamentais na área visam, de um lado, a eliminar a regulamentação e a ação do Estado no âmbito do direito individual do trabalho e, por outro, restringir o poder sindical, quanto à negociação coletiva e ao direito de greve.

7.2

Recomposição sindical, movimento de reinvenção?

A questão que se coloca no caso do sindicalismo brasileiro, em especial em relação aos setores identificados com a CUT, é a de saber se o acúmulo político e organizativo que conseguiu construir, na sua história, o credencia como um campo de possibilidades de construção de alternativas às imposições do ideário neoliberal e ao tipo de sociedade que estas articulam, pois, em meio às contradições que a própria recomposição do capitalismo evidencia, pode haver espaço para uma nova direção política, nas lutas pela disputa da hegemonia.

Nota-se, contudo, que, se as mudanças advindas com a recomposição capitalista restringem as possibilidades do sindicalismo, ao mesmo tempo apresentam-se situações que têm concorrido para o estímulo de novas práticas sindicais. É o que ocorre quanto aos processos de reestruturação produtiva, quando os sindicatos conseguem reunir algum poder de barganha no local de trabalho. Um novo campo de conflitos e negociações propicia novas experiências, como aquela da “reestruturação negociada”, ocorrida em empresas metalúrgicas do ABC (Blass, 1998).

Outro fator de inovação na prática sindical está relacionado com a constituição de novos espaços institucionais nos quais as entidades sindicais vêm tendo uma participação crescente. O que foi possibilitado, sobretudo pela Constituição de 1988, embora efetivado principalmente a partir do início da década seguinte. Tais espaços, em “sua maioria, são não paritários, deliberativos, têm como objetivo a formulação de diretrizes e foram criados a partir de decisões do Poder Executivo” (Pochmann et alli, 1998: 15). Dentre

tais espaços, têm ganhado maior destaque, na agenda sindical, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e Trabalho, os conselhos de saúde e de educação, nas várias esferas de governo, entre outros. Os desafios que esse tipo de envolvimento sindical traz ampliam-se, com o fato de se colocarem em um momento de declínio do seu poder de mobilização junto aos trabalhadores. Entretanto, contribuem para ampliar o seu raio de ação. A negociação sindical, que antes se restringia às campanhas anuais de database, agora se expandem tanto em direção aos fóruns institucionais quanto às empresas (Pochmann et alli, 1998)¹⁴.

A prática sindical cutista, diante das novas situações, riscos e oportunidades criadas, se antes girava em torno das negociações de database, dos reajustes salariais e das greves massivas de categoria, do final dos anos 1990 para cá, ao mesmo tempo em que perde poder de mobilização, assume uma nova agenda, onde a questão do emprego, na proporção em que cresce o desemprego e avança a precarização do trabalho, vem assumindo cada vez mais um lugar central. Ganham, ainda, destaque iniciativas relacionadas com temáticas como formação profissional, saúde, educação, transporte, habitação, previdência e cidadania.

Em que medida um esforço de dialogar com novas realidades que se lhes apresentam, dando ensejo a novas práticas, deslocamentos, rupturas, reconfigurações no campo discursivo constitutivo da experiência cutista, não implica em um movimento de reinvenção? E até onde tal processo aponta para a sua recomposição como um campo de formulação e articulação de alternativas ao discurso hegemônico?¹⁵

A partir de observações das ações e estratégias que o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, dentre outros, tem procurado adotar, constata-se um movimento em busca de alternativas. Entretanto, tais práticas podem se constituir em potencialidades contestadoras frente ao discurso hegemônico. É nesse sentido que se torna valiosa a análise sobre o movimento sindical no contexto do governo Lula.

As audiências e reuniões públicas das quais vem participando e a repercussão que as ações empreendidas tiveram na mídia, à época da

¹⁴ Há que se lembrar, aqui, o risco que se corre, já que a institucionalização desses espaços pode funcionar como “faca de dois gumes”, ou seja, pode funcionar como elemento de cooptação dos movimentos em luta, cabendo a estes a vigilância constante, para não cair na armadilha da “confluência perversa” (Dagnino, 2002), entre projetos políticos que apontam para direções opostas.

¹⁵ A esse respeito vide Vêras (1999).

privatização, por exemplo, foram fundamentais para dar visibilidade ao movimento, arregimentar-lhe apoio e contribuir para uma leitura pública da problemática da privatização de um serviço social básico, além do desemprego de parte dos ferroviários.

Contudo, por ser um sindicato da base cutista, e pelas vinculações que esta central possui com o atual governo, o estudo das estratégias que vem implementando - ainda que numa linha que busca a associação a outros movimentos sociais, com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos dos trabalhadores que representa, e do trabalho de um modo geral -, requer uma análise mais cuidadosa.

A vitória e a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república abriu um novo cenário político no país, mas, conforme já apontado, apresenta enormes desafios ao movimento de trabalhadores brasileiros. Desafios que, certamente, estimulam o debate sobre a relação dos movimentos sociais com os governos de esquerda. Pela primeira vez em sua história, o movimento sindical brasileiro está diante de um governo liderado por um partido nascido das próprias organizações dos trabalhadores em articulação com outros movimentos sociais. O que o sindicalismo brasileiro pode esperar deste governo e como deve agir em relação a ele? O problema relaciona-se ao papel das organizações de esquerda no novo contexto político do Brasil. Tais organizações, que se desenvolveram como oposição a diversos governos, devem continuar na oposição? Ou devem apoiar o governo Lula, já que, em tese, ele representa o interesse dos trabalhadores?

Após a intensa mobilização política e as conquistas da década de 1980, a década de 1990 trouxe um período de perdas políticas para o movimento dos trabalhadores e para o processo de democratização, em geral, no país, como resultado das políticas de corte neoliberal, desenvolvidas pelos governos Collor e FHC. Nesse contexto surgiu, paralelamente à CUT (criada em 1983), a Força Sindical (criada em 1991), introduzindo, na luta sindical, uma nova visão, a do sindicalismo de resultados. A Força Sindical critica a relação da CUT com o PT, mas apoiou o processo de privatizações do governo Collor (onde teve um Ministro do Trabalho) e FHC. Sempre atrelada aos empresários, obteve conquistas que foram apresentadas aos trabalhadores como resultado de uma moderna forma de agir, baseada no consenso ou, como chamavam alguns, no pacto social. Apesar disso, existem, hoje, em torno de vinte mil sindicatos oficialmente registrados no

Brasil, e a CUT continua sendo a principal organização de unidade sindical da América Latina¹⁶.

O refluxo do movimento de trabalhadores, na década de 1990, também teve repercussões políticas no PT, bem como as relações políticas desgastadas dentro do partido tiveram repercussões para o movimento de trabalhadores. Apesar do partido ter acumulado vitórias eleitorais, especialmente no nível municipal, pode se falar de uma perda política no seu programa. A maioria do PT abandonou as concepções socialistas e, na eleição para presidente da república, apresentou a idéia de um pacto social na sociedade brasileira, com o objetivo de desenvolver, socialmente, o país com prioridade no setor produtivo.

O desenvolvimento do PT e do movimento de trabalhadores ocorreu, portanto, de forma paralela, tanto em seu auge como em sua crise. O novo, neste contexto, é que o PT é o partido que lidera o governo brasileiro, enquanto o movimento sindical apresenta sinais de enfrentamento da crise. A vitória eleitoral, no entanto, não representa a tomada do poder por parte dos trabalhadores, pois, e é justo dizer isso, parece que a maioria no PT não se dispõe a apoiar o programa do partido dos anos 1980, o qual estava mais próximo das expectativas do movimento dos trabalhadores do que atualmente¹⁷.

O poder continua em disputa na sociedade, e o programa apresentado pela vitoriosa campanha de Lula é uma contraditória tentativa de juntar interesses, até então conflituosos, para vencer as eleições. Ou seja, o PT buscou ganhar a confiança da burguesia (em suas diversas frações) e dos trabalhadores organizados para a proposta de pacto social, mas sem colocar como objetivo a superação do modelo econômico existente.

De acordo com Boito Jr., contudo, a vitória de Lula tem uma grande importância na história política do país:

“(...) um partido organizado por movimentos sociais e por correntes progressistas venceu a eleição presidencial num país elitista como o Brasil e

¹⁶ A esse respeito vide “Sindicatos – Indicadores Sociais 2001”. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

¹⁷ Boito Jr. (2003b) lembra que o programa que empolgou o PT na década de 1980, que era o projeto social-democrata de implantação de um Estado de Bem-Estar no Brasil, parece, pelo menos temporariamente, arquivado. A velha social-democracia fundava sua estratégia na generalização dos direitos sociais e dos serviços públicos garantidos em lei, e financiados pelo Estado; o social-liberalismo, para onde aponta o programa, o discurso e as iniciativas e alianças do PT, funda a sua estratégia nos projetos e programas sociais restritos, condicionados, incertos e financiados pela parceria do estado com o terceiro setor. (pgs. 35 e 36). Santana (2004), aponta que a participação dos sindicatos, no governo Lula, ainda se restringe à ocupação de cargos estratégicos do governo federal por alguns sindicalistas.

numa situação internacional em que as vitórias da reação são a regra. A situação, contudo, é complexa e contraditória. A vitória do PT traduziu a insatisfação popular com o neoliberalismo, mas esse partido não apresentou, durante a campanha eleitoral, um programa alternativo ao modelo econômico neoliberal. (...) A correlação de forças é de fato desfavorável e as dificuldades para um governo de esquerda são muito grandes. Mas, mais que um recuo tático, a direção do PT parece ter decidido deslocar-se definitivamente para uma posição de centro esquerda cujo objetivo é alterar apenas aspectos muito secundários do modelo neoliberal. Quais aspectos seriam esses? Com apoio de quais classes e frações de classe o PT poderá contar se persistir nessa direção?” (2003b: 34).

A vitória eleitoral aconteceu, o que não significa que, com isso, a correlação de forças tenha mudado em benefício dos trabalhadores. Lula não recebeu um “mandato revolucionário”, ao contrário de outros líderes da esquerda sul-americana. Sem ele, a mudança não pode ser feita, pois o governo se encontra vinculado a compromissos feitos com uma base legislativa conservadora e clientelista. Assim, as transformações não dependem, simplesmente, da vontade deste governo ou da maioria do partido, pois o problema é muito mais profundo: até que ponto o governo Lula tem respaldo social para implementar as importantes e esperadas mudanças? Parece que significativos avanços, como a reforma agrária, a inversão de prioridades, a reestatização de importantes empresas, por exemplo, só podem ser implementados através da mobilização popular. E, nesse aspecto, a posição do movimento de trabalhadores diante desse governo assume uma importância fundamental, tanto para sua sustentação política como na pressão social para a implementação dessas históricas demandas das classes trabalhadoras e do próprio PT, do “partido de ontem”, que, no atual programa de governo, pouco aparecem ou não estão claras.

De acordo com Santana, a relação entre sindicato e partido tem sido, ao longo da história do movimento de organização dos trabalhadores, uma das questões mais delicadas para a análise, sobretudo quando o partido no aparelho de Estado era fruto histórico da trajetória de luta dos próprios trabalhadores:

“O que se viu ao longo da história foi que ainda que se pensasse como representante direto dos trabalhadores, o partido no governo acabou por se distanciar muito daquelas que seriam as históricas demandas dos trabalhadores. Isso ficou muito claro nos países do centro onde, cada um da sua maneira, os partidos socialistas, comunistas, ou trabalhistas no governo acabaram assumindo posturas contrárias as que defendiam até a posse” (2004: 29).

A realidade do PT, no governo, traz uma série de questões tanto para o próprio partido como para os sindicatos. Até o momento há indicações de que os rumos do governo permanecerão. As propostas para o novo mandato parecem repercutir a mesma orientação do mandato anterior, não obstante as mudanças ministeriais realizadas. Um membro do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, ao comentar sobre as relações com o PT, a CUT e o governo Lula, revela:

“Eu acho que não tá ruim. A gente confundiu muito o que é ser governo, o que é ser PT e o que é ser sindicalista. Existe um conflito na nossa cabeça com a liderança. Acho que com o tempo a gente vai conseguir absorver isso. Acho que a gente fez campanha pro Lula, a gente lutou pra eleger o companheiro. A gente continua acreditando, ainda dá pra acreditar que tá mudando algumas coisas e que tá no caminho certo. Ninguém muda uma cultura de quinhentos anos em tão pouco tempo. O discurso do Lula mudou muito, mas o pessoal tá entendendo que se não tiver um discurso que a sociedade entenda, vai cair num abismo sem limites. Porque sempre fica a dúvida par o empresário: será que o Lula está tocando um trabalho para a sociedade ou para o operário? Eu acho que só o tempo é que vai dizer isso pra gente. O nosso sindicato sempre teve uma relação muito próxima com o PT e com a CUT. Disputamos a presidência da CUT no último congresso e temos um deputado federal, o Carlos Santana, com vários mandatos. Há uma aproximação, claro que defendendo que o PT é uma coisa e o sindicato é outra. A articulação com o partido é fundamental. Não tem como você ter uma entidade e dizer que ela é neutra”(Pesquisa de campo, entrevista com delegado sindical, 15 de maio de 2006).

Observa-se que são muitas as questões envolvidas, mas parece que o movimento sindical busca preservar sua autonomia, tanto diante de um governo como diante de partidos políticos. Contudo, a independência do movimento operário está relacionada com a luta de classes. Até então isso parecia mais simples, no Brasil, já que os governos estavam claramente situados ao lado do capital, e o movimento operário, de forma independente, fazia oposição. Tendo em vista que o movimento sindical tem funções distintas, as quais não podem ser confundidas com as do partido e/ou do governo, torna-se importante observar seu comportamento diante do governo Lula.

O apoio ao governo seria, neste momento, um dado importante, pois se trata das perspectivas de futuro da esquerda, no Brasil. Os interesses do capital pressionam, constantemente, o governo, e somente uma ampla base social poderá impedir que ele venha a assumir plenamente uma trajetória à direita ou a conceder mais espaço para a vitória dos que adotam uma perspectiva neoliberal. Esta parece ser a grande diferença do governo Lula

em relação aos outros: ele ainda representa, ao mesmo tempo, o resultado e a esperança de muitas organizações de esquerda que se desenvolveram durante as últimas décadas no Brasil. O grande desafio parece ser combinar as expectativas de cada movimento com a construção de uma nova perspectiva de poder político de esquerda, na qual tanto o governo como a base social dos trabalhadores organizados estejam empenhados. Os rumos desse processo, no entanto, permanecem em aberto, ainda que já estejamos no primeiro ano do segundo mandato presidencial de Lula.